ATA N.º 02/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16.JANEIRO.2024

----------Aos dezasseis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência da sua Presidente, senhora Margarida Maria de Sousa Correia Belém, e com a presença dos Vereadores senhores Cláudia Margarida Brandão de Oliveira, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho, Maria Helena Pinto Rodrigues e Paulo Renato Freitas dos Santos, este em substituição da Vereadora senhora Célia Regina Brandão Alves, ao abrigo do disposto no art.º 78.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. ----------

----------Pelas 14.30 horas a senhora Presidente declarou aberta a reunião.----------

----------I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------A senhora Presidente começou os trabalhos apresentando o seguinte: ----------

----------"1. Luto municipal pelo falecimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Arouca, Joaquim Brandão de Almeida ----------

----------Faleceu no passado dia 12 de janeiro o ex-presidente da Câmara Municipal de Arouca, Joaquim Brandão de Almeida, tendo sido proferido despacho a declarar luto municipal e emitida nota de pesar publicada nas plataformas de comunicação do Município. Tendo já decorrido o agendamento para esta reunião de Câmara, não foi possível agendar a ratificação deste despacho, vindo o mesmo à próxima reunião de Câmara.--

----------2. Período de discussão pública do PDM ----------

----------Foi publicado ontem, 15 de janeiro, em Diário da República, o Aviso n.º 852/2024 referente à abertura do período de discussão pública da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Arouca, o qual decorrerá pelo prazo de 30 dias úteis, entre 22 de janeiro a 01 de março do corrente ano. A proposta e respetiva documentação podem ser consultados, a partir de 22 de janeiro, em www.cm-arouca.pt ou nos serviços da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, sita no Edifício dos Paços do Concelho, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30. As reclamações, sugestões ou observações deverão ser dirigidas à presidente da Câmara Municipal de Arouca, para Praça do Município, 4544-001 Arouca, ou através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-arouca.pt, mediante preenchimento de impresso próprio a fornecer pela Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território e que também está disponível no *site* do município.----- ----------

----------3. Convite Arouca *Rafting Summit* – descida promocional ----------

----------Irá decorrer entre 24 e 28 de janeiro, a 4.ª edição do Arouca *Rafting Summit*. Este evento visa promover as águas bravas em geral e de modo muito concreto o *rafting* no rio Paiva, o programa integra um

conjunto diversificado de atividades dirigidas a diferentes públicos, entre as quais uma descida promocional, agendada para domingo, 28 de janeiro. A 10 de janeiro, foi enviado convite aos senhores vereadores, convite este que agora se reforça. ----------

---------- 4. Ponto de situação – legalização de pocilga em Rossas ----------

---------- Pelos ofícios de 20/09/2023, procedeu-se à audiência de interessados (proprietária e titular da exploração) com vista à demolição total das construções que oferecem perigo para a saúde pública; ----------

---------- Pelos ofícios de 18/12/2023, procedeu-se à audiência de interessados (proprietária e titular da exploração) com vista à cessação da utilização e a consequente remoção completa do efetivo animal.----------

---------- Considerando o prazo concedido na audiência de interessados e a data de receção dos ofícios, o período concedido para a audiência de interessados terminou ontem. ----------

---------- O processo está a ser informado para que as duas questões sejam presentes à próxima a reunião de Câmara.-- ----------

---------- 5. Ponto de situação da implementação da rede UNIR----------

---------- Ainda não estão totalmente sanados os constrangimentos reportados, mantendo-se assim os contactos com a Área Metropolitana do Porto e com a própria empresa para que a normalidade seja reposta o quanto antes. Os constrangimentos no lote 5, que Arouca integra, são de vária ordem e a maioria dos circuitos internos estão a funcionar com normalidade. No entanto, o Município continua a fazer pressão para que todos estejam em conformidade." ----------

---------- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:----------

---------- 01. ATA: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 01/2024, relativa à reunião ordinária de 3 de janeiro corrente.----------

---------- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se o Vereador senhor Paulo Santos por não ter estado presente na reunião a que respeita. ----------

---------- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:----------

---------- Nada a registar. ----------

---------- 03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: ----------

---------- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 9 do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €9.217.637,03 (nove milhões duzentos e dezassete mil seiscentos e trinta e sete euros e três cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €8.566.104,62 (oito milhões quinhentos e sessenta e seis mil cento e quatro euros e

sessenta e dois cêntimos) e €651.532,41 (seiscentos e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta e um cêntimos). ----------

----------A Câmara tomou conhecimento. ----------

----------04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – TOMADA DE POSSE:------- ----------

----------A fim de tomar posse como membros do Conselho Municipal de Segurança, em cumprimento do disposto no art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na redação em vigor, compareceram perante a Câmara os cidadãos devidamente identificados no respetivo auto e que não estiveram no ato de posse ocorrido na reunião do passado dia três do corrente, auto esse que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ---------- ----------

----------05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/1.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o despacho da senhora Presidente, proferido em 1 de janeiro corrente no uso da competência excecional prevista no número 3, art.º 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, mediante o qual aprovou a 1.ª alteração às Grandes Opções do Plano e a 1.ª alteração ao orçamento para o ano em curso, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Vítor Carvalho, Helena Rodrigues e Paulo Santos, ratificar aquele despacho. ----------

----------06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª ALTERAÇÃO: --------

----------Foi presente à consideração da Câmara a 2.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta uma dedução na dotação global definida no valor de €31.000,00 (trinta e um mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Vítor Carvalho, Helena Rodrigues e Paulo Santos, aprovar aquela alteração.----------

----------07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 2.ª ALTERAÇÃO: ----------

----------Foi presente a 2.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Vítor Carvalho, Helena Rodrigues e Paulo Santos, aprovar a alteração que antecede. ------

---------- 08. PESSOAL/PROCESSO DISCIPLINAR: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara o processo disciplinar instaurado ao funcionário do Município devidamente identificado nos autos remetidos pela instrutora a coberto da carta registada sob o número 17605, em 2 de novembro do ano findo, para que sobre ele seja proferida a respetiva decisão.----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, sancionar o funcionário com a pena de suspensão por trinta dias, prevista na alínea c), n.º 1, art.º 180.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei número 35/2014, de 20 de junho), sanção essa que se considera amnistiada por força da aplicação da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto, tudo como resulta do proposto pela referida instrutora.----------

---------- 09. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/GRANFONDO PORTO-GAIA - PATROCÍNIO DESPORTIVO:----------

---------- Acompanhado da informação da DDSCDT número 296, de 5 de janeiro corrente, foi presente à consideração da Câmara a minuta do contrato de patrocínio desportivo a celebrar com a empresa Strongspeed Unipessoal, Ld.ª, tendo como objeto "a atribuição por parte do Município de Arouca de um patrocínio" àquela entidade "para organização do evento Porto/Gaia Granfondo, que se vai realizar no dia 14 de abril de 2024 e em 2025 em data a definir, com passagem no concelho de Arouca", documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata. ----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela minuta.---------

---------- 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/FREGUESIA DE FERMEDO – MÓDULO DE APOIO AOS BALNEÁRIOS DO CAMPO DE FUTEBOL – COMPARTICIPAÇÃO: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara o ofício registado sob o número 16.291, em 16 de outubro do ano findo, da Freguesia de Fermedo, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a aquisição de módulo que servirá como apoio aos balneários do campo de futebol.----------

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, comparticipar com a importância de €18.800,55 (dezoito mil e oitocentos euros e cinquenta e cinco cêntimos).----------

---------- 11. AÇÃO SOCIAL/PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL – INVESTIDOR SOCIAL:----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara a informação da DDSCDT número 773, de 10 de janeiro findo, a dar conta que se encontra a decorrer o prazo de "candidatura à oportunidade de financiamento Portugal Inovação Social 2030 com o objetivo de desenvolver e dinamizar o empreendedorismo, a inovação social e investimento de impacto em Portugal", sendo "intenção das entidades arouquenses ADRIMAG, A4 e C. Juvenil Salesiano de Arouca de candidatar os projetos a) Projeto Nós-Palcos do Mundo, b) ILMA- Incubadora Lúdica, mentes ativas e c) Trilhos de inclusão respetivamente", para o que propõem que o Município se afigure como

investidor social, daqueles projetos, nos termos das carta de compromisso e demais documentos que se dão aqui como reproduzidas e a fazer parte integrante desta ata.----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, constituir-se investidor social nos referidos projetos nos termos propostos nos documentos que antecedem. ----------

----------12. AÇÃO SOCIAL/ÁGUA – TARIFÁRIO SOCIAL:----------

----------Foram presentes à consideração da Câmara os requerimentos registados sob os números 20467 e 20532, em 19 e 20 de dezembro do ano findo, dos munícipes ali devidamente identificados, a solicitar, nos termos do art.º 6.º do Regulamento do Tarifário Social de Água, Saneamento e Resíduos de Arouca, a concessão do tarifário social. ----------

----------Face às informações da DDSCDT e do Vereador senhor António Duarte, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir os pedidos.----------

----------13. REDE VIÁRIA/BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO DAS FONTAINHAS, ALVARENGA – REVISÃO DE PREÇOS: ----------

----------Acompanhados da informação da DPOT número 228, de 5 de janeiro findo, foram presentes à consideração da Câmara os cálculos da revisão de preços provisória relativa à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €4.630,42 (quatro mil seiscentos e trinta euros e quarenta e dois cêntimos) a favor da adjudicatária. ----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela revisão de preços.----------

----------14. ESTACIONAMENTO/REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA – CONSULTA PÚBLICA: ----------

----------Acompanhado da informação da DAUDE número 35763, de 22 de dezembro do ano findo, foi presente à consideração da Câmara a proposta de alteração do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, cujo procedimento teve início por deliberação de 4 de julho do mesmo ano.----------

----------Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, mandar submeter a referida proposta de regulamento a consulta pública. ----------

----------15. LICENCIAMENTO DE OBRAS/PROCESSO 38/2020 – REDUÇÃO DE TAXAS: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o requerimento registado sob o número 10598, em 17 de julho do ano findo, da munícipe aí devidamente identificada, a solicitar, nos termos da alínea d), n.º 8, art.º 24.º, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas em Operações Urbanísticas, a redução em 50% do valor das taxas devidas pela operação urbanística a que se refere o processo de obras n.º 38/2020. ----------

---------- Face à informação da DAUDE, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.----------

---------- 16. LICENCIAMENTO DE OBRAS/PROCESSO 61/2020 – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE:---

---------- Foi presente à consideração da Câmara a informação da DAUDE a dar conta que o titular do processo de obras n.º 61/2020 não requereu, dentro do prazo legalmente fixado, a emissão do respetivo alvará, pelo que, nos termos do disposto no n.º 2, art.º 71.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, deve ser declarada a caducidade do ato de licenciamento.----------

---------- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do referido ato de licenciamento. ----------

---------- 17. DIVERSOS/ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – COMPARTICIPAÇÃO: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara o ofício registado sob o número 20852, em 28 de dezembro do ano findo, da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a prestação de serviços de certificação legal de contas, adjudicado, por trinta e seis meses a contar de 18 de julho do ano findo, a Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, pelo valor de €29.224,80 (vinte e nove mil duzentos e vinte e quatro euros e oitenta cêntimos), cabendo a cada um dos Municípios associados a importância de €4.870,80 (quatro mil oitocentos e setenta euros e oitenta cêntimos).----

---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir a comparticipação de €4.870,80 (quatro mil oitocentos e setenta euros e oitenta cêntimos), a pagar em três prestações anuais, sucessivas e iguais.----------

---------- 18. DIVERSOS/CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE MURO – PROCESSO 06/2015/7: ----------

---------- Foi presente à consideração da Câmara o requerimento registado sob o número 18735, em 20 de novembro do ano findo, da munícipe aí devidamente identificada, a informar que contratou um novo "técnico que vai avaliar o muro e a patologia deste em questão" e a solicitar a prorrogação excecional do prazo para apresentação do relatório que esse técnico vai elaborar.----------

---------- Face às conclusões da Comissão de Vistoria que constam do auto de vistoria realizada em 25 de julho do ano findo e às informações da DAUDE que instruem o processo, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ordenar a notificação da proprietária para proceder à execução das obras e dos procedimentos propostos pela referida Comissão nos prazos por ela indicados. ----------

---------- 19. DIVERSOS/TARIFAS PELO FORNECIMENTO DE ÁGUA E TAXAS DE CONSERVAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS - PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS:----------

----------Foi presente à consideração da Câmara a informação da DFLP número 180, de 4 de janeiro corrente, com o seguinte teor: ----------

----------"Por força do disposto no n.º 1 do art.º 48º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17/12 e no n.º 1 do art.º 5º deste mesmo Decreto-Lei, as dívidas tributárias prescrevem no prazo de oito anos contados, nos impostos periódicos, a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário e, nos impostos de obrigação única, a partir da data em que o facto tributário ocorreu. ----------

----------Aquele preceito é aplicável aos tributos fiscais e parafiscais das entidades públicas estaduais, regionais e locais – art.º 3º daquela lei. ----------

----------A prescrição é de conhecimento oficioso e constitui fundamento da oposição à execução de acordo com o disposto no art.º 175º e 204º do Código do Procedimento e do Processo Tributário.----------

----------Encontram-se em poder do tesoureiro 248 conhecimentos provenientes de rendimentos de tarifas pelo fornecimento de água ao domicílio e de taxas de conservação da rede de esgotos, do ano de 2015, no montante global de € 3.878,00.----------

----------Ora, tendo as dívidas prescrito por força daquela disposição legal, torna-se necessário declarar extintos os respetivos processos de execução fiscal e, consequentemente, creditar o tesoureiro municipal na referida importância.----------

----------Junta-se relação dos documentos em questão."----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a extinção dos processos de execução a que se refere aquela informação e, consequentemente, creditar a tesoureira municipal na referida importância.----------

----------20. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – RECONVERSÃO DE EDIFÍCIOS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA HABITAÇÃO – ESCOLAS DE VILA NOVA E NONINHA – AUTOS 16 E 17:----------

----------Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 16 e 17, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respetivamente, €25.318,29 (vinte e cinco mil trezentos e dezoito euros e vinte e nove cêntimos) e €5.724,91 (cinco mil setecentos e vinte e quatro euros e noventa e um cêntimos). ----------

----------A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.---------

----------21. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO DAS FONTAINHAS, ALVARENGA – AUTO N.º 4 E FINAL: ----------

----------Foi presente à consideração da Câmara o auto número 4 e final, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €6.637,50 (seis mil seiscentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) acompanhado do despacho proferido pela senhora Presidente em 27 de dezembro do ano findo no uso da competência

excecional prevista no número 3, art.º 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, mediante o qual aprovou esse auto. ----------
---------- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar aquele despacho. -----
---------- APROVAÇÃO EM MINUTA: ----------
---------- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.----------
---------- Eram 15 horas e 25 minutos.----------
----------Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pela senhora Presidente e por mim, , Coordenador Técnico da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos que a redigi. ----------